

Lei 9961	Decreto 3327	Diretoria	Eixo
I - propor políticas e diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Saúde Suplementar - Consu para a regulação do setor de saúde suplementar;	I - propor normas relativas às matérias tratadas no inciso <a href="#">IV do art. 35-A da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998</a> , bem como, políticas e diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Saúde Suplementar - CONSU para a regulação do setor de saúde suplementar;	DICOL	
II - estabelecer as características gerais dos instrumentos contratuais utilizados na atividade das operadoras;	II - estabelecer as características gerais dos instrumentos contratuais utilizados na atividade das operadoras;	DIPRO	
III - elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na <a href="#">Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998</a> , e suas excepcionalidades;	III - elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na <a href="#">Lei nº 9.656, de 1998</a> , e suas excepcionalidades;	DIPRO	
IV - fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras;	IV - fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras;	DIDES  Art 23, VI - fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras, sem prejuízo das atribuições da DIPRO;	Prestadores
V - estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras;	V - estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras;	DIDES  Art 23, VII - incentivar a melhoria da qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	Qualidade
VI - estabelecer normas para ressarcimento ao	VI - estabelecer normas para ressarcimento ao	DIDES  Art 23, I - exercer as	Ressarcimento

Sistema Único de Saúde - SUS;	Sistema Único de Saúde;	atribuições referentes a integração e disseminação de informações setoriais, relacionamento entre prestadores de serviços de saúde e operadoras, ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS, bem como a melhoria do desempenho das operadoras e incentivo à qualidade na Saúde Suplementar;	
VII - estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde;	VII - estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde;	DIPRO	
VIII - deliberar sobre a criação de câmaras técnicas, de caráter consultivo, de forma a subsidiar suas decisões;	VIII - deliberar sobre a criação de câmaras técnicas, de caráter consultivo, de forma a subsidiar suas decisões;	DICOL	
IX - normatizar os conceitos de doença e lesão preexistentes;	IX - normatizar os conceitos de doença e lesão preexistentes;	DIPRO	
X - definir, para fins de aplicação da <a href="#">Lei nº 9.656, de 1998</a> , a segmentação das operadoras e administradoras de planos privados de assistência à saúde, observando as suas peculiaridades;	X - definir, para fins de aplicação da <a href="#">Lei nº 9.656, de 1998</a> , a segmentação das operadoras e administradoras de planos privados de assistência à saúde, observando as suas peculiaridades;	DIPRO	
XI - estabelecer critérios, responsabilidades, obrigações e normas de procedimento para garantia dos direitos assegurados nos <a href="#">arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 1998</a> ;	XI - estabelecer critérios, responsabilidades, obrigações e normas de procedimento para garantia dos direitos assegurados nos <a href="#">arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 1998</a> ;	DIPRO	
XII - estabelecer	XII - estabelecer	DIPRO	

normas para registro dos produtos definidos no inciso I e no § 1º do <a href="#">art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998</a> ;	normas para registro dos produtos definidos no <a href="#">inciso I e § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 1998</a> ;		
XIII - decidir sobre o estabelecimento de sub-segmentações aos tipos de planos definidos nos <a href="#">incisos I a IV do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998</a> ;	XIII - decidir sobre o estabelecimento de sub-segmentações aos tipos de planos definidos nos <a href="#">incisos I a IV do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998</a> ;	DIPRO	
XIV - estabelecer critérios gerais para o exercício de cargos diretivos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XIV - estabelecer critérios gerais para o exercício de cargos diretivos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	DIOPE	
XV - estabelecer critérios de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	XV - estabelecer critérios de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sejam eles próprios, referenciados, contratados ou conveniados;	<p>DIDES</p> <p>Art 23, I - exercer as atribuições referentes a integração e disseminação de informações setoriais, relacionamento entre prestadores de serviços de saúde e operadoras, ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS, bem como a melhoria do desempenho das operadoras e incentivo à qualidade na Saúde Suplementar;</p> <p>VII - incentivar a melhoria da qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;</p>	Qualidade
XVI - estabelecer normas, rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento de registro dos produtos das operadoras de planos privados de assistência à	XVI - estabelecer normas, rotinas e procedimentos para concessão, manutenção e cancelamento de registro dos produtos das operadoras de planos privados de assistência à	DIPRO	

saúde;	saúde;		
XVII - autorizar reajustes e revisões das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, ouvido o Ministério da Fazenda;	XVII - autorizar reajustes e revisões das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, de acordo com parâmetros e diretrizes gerais fixados conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda e da Saúde;	DIPRO	
XVIII - expedir normas e padrões para o envio de informações de natureza econômico-financeira pelas operadoras, com vistas à homologação de reajustes e revisões;	XVIII - expedir normas e padrões para o envio de informações de natureza econômico-financeira pelas operadoras, com vistas à homologação de reajustes e revisões;	DIPRO	
XIX - proceder à integração de informações com os bancos de dados do Sistema Único de Saúde;	XX - proceder à integração de informações com os bancos de dados do Sistema Único de Saúde;	<p>DIDES</p> <p>Art 23, II - identificar interfaces e fomentar a integração entre o sistema de Saúde Suplementar e o Sistema Único de Saúde;</p> <p>XII - exercer as atribuições relacionadas à padronização e implementação de trocas de informações, referentes aos eventos de atenção à saúde, e ao Registro Eletrônico em Saúde, no âmbito da Saúde Suplementar;</p>	Informações
XX - autorizar o registro dos planos privados de assistência à saúde;	XXI - autorizar o registro dos planos privados de assistência à saúde;	DIPRO	
XXI - monitorar a evolução dos preços de planos de assistência à saúde, seus prestadores de	XXII - monitorar a evolução dos preços de planos de assistência à saúde, seus prestadores de	DIDES	Informações

serviços, e respectivos componentes e insumos;	serviços, e respectivos componentes e insumos;		
XXII - autorizar o registro e o funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem assim sua cisão, fusão, incorporação, alteração ou transferência do controle societário, sem prejuízo do disposto na <a href="#">Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)</a>	XXIII - autorizar o registro e o funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem assim, ouvidos previamente os órgãos do sistema de defesa da concorrência, sua cisão, fusão, incorporação, alteração ou transferência do controle societário;	DIOPE	
XXIII - fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento;	XXIV - fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento;	DIFIS	
XXIV - exercer o controle e a avaliação dos aspectos concernentes à garantia de acesso, manutenção e qualidade dos serviços prestados, direta ou indiretamente, pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XXV - exercer o controle e a avaliação dos aspectos concernentes à garantia de acesso, manutenção e qualidade dos serviços prestados, direta ou indiretamente, pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	DIPRO/DIDES VII - incentivar a melhoria da qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	
XXV - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área	XXVI - avaliar a capacidade técnico-operacional das operadoras de planos privados de assistência à saúde para garantir a compatibilidade da cobertura oferecida com os recursos disponíveis na área	DIPRO/DIDES	Qualidade e Prestadores

geográfica de abrangência;	geográfica de abrangência;		
XXVI - fiscalizar a atuação das operadoras e prestadores de serviços de saúde com relação à abrangência das coberturas de patologias e procedimentos;	XXVII - fiscalizar a atuação das operadoras e prestadores de serviços de saúde com relação à abrangência das coberturas de patologias e procedimentos;	DIFIS	
XXVII - fiscalizar aspectos concernentes às coberturas e o cumprimento da legislação referente aos aspectos sanitários e epidemiológicos, relativos à prestação de serviços médicos e hospitalares no âmbito da saúde suplementar;	XXVIII - fiscalizar aspectos concernentes às coberturas e aos aspectos sanitários e epidemiológicos, relativos à prestação de serviços médicos e hospitalares no âmbito da saúde suplementar;	DIDES  Art 23, III - organizar e analisar as medidas de vigilância epidemiológica de saúde no âmbito da Saúde Suplementar;	Qualidade
XXVIII - avaliar os mecanismos de regulação utilizados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XXIX - avaliar os mecanismos de regulação utilizados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;	DIPRO	
XXIX - fiscalizar o cumprimento das disposições da <a href="#">Lei nº 9.656, de 1998</a> , e de sua regulamentação;	XXX - fiscalizar o cumprimento das disposições da <a href="#">Lei nº 9.656, de 1998</a> , e de sua regulamentação;	DIFIS	
XXX - aplicar as penalidades pelo descumprimento da <a href="#">Lei nº 9.656, de 1998</a> , e de sua regulamentação;	XXXI - aplicar as penalidades pelo descumprimento da <a href="#">Lei nº 9.656, de 1998</a> , e de sua regulamentação;	DIFIS	
XXXI - requisitar o fornecimento de informações às operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas;	XXXII - requisitar o fornecimento de quaisquer informações das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas, conforme dispuser resolução da Diretoria Colegiada;	TODAS	

XXXII - adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	XXXIII - adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	DIDES  Art. 23, IX - buscar o desenvolvimento sustentável e a garantia de competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	Desenvolvimento Setorial
XXXIII - instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;	XXXIV - instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;	DIOPE/DIPRO	
XXXIV - proceder à liquidação extrajudicial e autorizar o liquidante a requerer a falência ou insolvência civil das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XXXV - proceder à liquidação das operadoras que tiverem cassada a autorização de funcionamento;	DIOPE	
XXXV - determinar ou promover a alienação da carteira de planos privados de assistência à saúde das operadoras;	XXXVI - promover a alienação da carteira de planos privados de assistência à saúde das operadoras;	DIPRO	
XXXVI - articular-se com os órgãos de defesa do consumidor visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor de serviços privados de assistência à saúde, observado o disposto na <a href="#">Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990</a> ;	XXXVII - articular-se com os órgãos de defesa do consumidor visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor de serviços privados de assistência à saúde, observado o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;	DIFIS	
XXXVII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	XXXVIII - zelar pela qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;	DIDES  Art 23, I - exercer as atribuições referentes a integração e disseminação de informações setoriais, relacionamento entre prestadores de serviços de saúde e operadoras, ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS, bem como a melhoria do	Qualidade

		<p>desempenho das operadoras e incentivo à qualidade na Saúde Suplementar;</p> <p>VII - incentivar a melhoria da qualidade dos serviços de assistência à saúde no âmbito da assistência à saúde suplementar;</p>	
XXXVIII - administrar e arrecadar as taxas instituídas por esta Lei.	XXXIX - administrar e arrecadar as taxas instituídas pela <a href="#">Medida Provisória nº 2.012-2, de 1999</a> .	DIGES	
XXXIX - celebrar, nas condições que estabelecer, termo de compromisso de ajuste de conduta e termo de compromisso e fiscalizar os seus cumprimentos;		DIFIS	
XL - definir as atribuições e competências do diretor técnico, diretor fiscal, do liquidante e do responsável pela alienação de carteira.		DIPRO/DIOPE	
<p>XLI - fixar as normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de produtos de que tratam o <a href="#">inciso I</a> e o <a href="#">§ 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998</a>, incluindo:</p> <p>a) conteúdos e modelos assistenciais;</p> <p>b) adequação e utilização de tecnologias em saúde;</p>		<p>a) DIDES/DIPRO</p> <p>IV - estudar e propor modelos assistenciais na prestação dos serviços de saúde com vistas ao desenvolvimento do setor de Saúde Suplementar, sem prejuízo das atribuições da DIPRO;</p> <p>V - fomentar a estruturação de Redes de Atenção à saúde na Saúde Suplementar, sem</p>	Desenvolvimento Setorial



c) direção fiscal ou técnica;  d) liquidação extrajudicial;  e) procedimentos de recuperação financeira das operadoras;  f) normas de aplicação de penalidades;  g) garantias assistenciais, para cobertura dos planos ou produtos comercializados ou disponibilizados;		prejuízo das atribuições da DIPRO;  b) DIPRO c) DIOPE/DIPRO d) DIOPE e) DIOPE f) DIFIS g) DIPRO	
XLII - estipular índices e demais condições técnicas sobre investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas operadoras de planos de assistência à saúde.		DIOPE	
	XIX - regulamentar outras questões relativas à saúde suplementar;	TODAS	

#### Atribuições não diretamente relacionadas às atribuições legais

Art. 23. À Diretoria de Desenvolvimento Setorial – DIDES compete:

VIII - disseminar boas práticas de gestão setorial; [\(Redação dada pela RN nº 366, de 15/12/2014\)](#)

X - articular-se com as demais Diretorias para a definição dos sistemas de informações da ANS; [\(Redação dada pela RN nº 366, de 15/12/2014\)](#)

XIII - pesquisar, estudar e avaliar os mecanismos de desenvolvimento institucional e de desenvolvimento e gestão de sistemas de informação no mercado nacional e internacional, aplicados para uso na ANS; [\(Redação dada pela RN nº 366, de 15/12/2014\)](#)

XIV - articular com os órgãos centrais e setoriais de administração de recursos de informação do Governo Federal, com vistas à implantação de Padrões de

Interoperabilidade do Governo Eletrônico e a integração e intercâmbio de dados e sistemas; [\(Redação dada pela RN nº 366, de 15/12/2014\)](#)

XV - promover a articulação com organismos nacionais, internacionais ou multilaterais para cooperação técnica e financeira tendo em vista o aprimoramento do setor; [\(Incluído pela RN nº 366, de 15/12/2014\)](#)

XVI - promover a articulação com as demais Diretorias e supervisionar a execução do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar no que compete ao componente da Qualificação Operadoras, sem prejuízo das atribuições da DIGES; [\(Redação dada pela RN nº 366, de 15/12/2014\)](#)

XVII - participar da elaboração da proposta de Política de Segurança da Informação da ANS, sem prejuízo das atribuições da DIGES; [\(Redação dada pela RN nº 366, de 15/12/2014\)](#)

XVIII - promover e coordenar a gestão estratégica da Política de Informação na ANS, visando o desenvolvimento setorial; [\(Redação dada pela RN nº 366, de 15/12/2014\)](#)

XIX - criar e gerir a Sala de Situação da ANS, com o objetivo de formular diretrizes para tomada de decisões no setor de saúde suplementar; [\(Redação dada pela RN nº 366, de 15/12/2014\)](#)

XX - encaminhar à DIFIS, através da DIRAD e/ou seus órgãos regimentados, comunicação acerca de indícios de infração por descumprimento da legislação de saúde suplementar, para apuração e aplicação das penalidades cabíveis, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XX deste artigo; [\(Redação dada pela RN nº 366, de 15/12/2014\)](#)

XXI - instaurar e instruir e julgar em primeira instância, por delegação do Diretor de Fiscalização, os processos administrativos de apuração de infrações e aplicação de sanções por descumprimento da legislação de saúde suplementar, que tenham por objeto o não envio ou o envio irregular das informações ou dos documentos obrigatórios relacionados às suas competências; [\(Redação dada pela RN nº 369, de 23/01/2015\)](#)

XXII - promover a Política Nacional de Segurança do Paciente no âmbito da saúde suplementar. [\(Redação dada pela RN nº 366, de 15/12/2014\)](#)